



*Gostaria de começar com um preâmbulo afetivo e ressaltar a presença dos amigos, novos e antigos, e tantos outros colegas queridos, mas principalmente a presença da família, que tão pouco se envolve em nossa vida profissional, da qual a blindamos naturalmente. São esses pequenos momentos de convergência que unem afeto e vida profissional.*

*É importante ressaltar o trabalho das últimas gestões do IAB-DF, em especial o espaço político conseguido pela liderança do ex-presidente Paulo Henrique Paranhos, a intensa disputa pela criação do CAU na figura do ex-presidente nacional do IAB, Gilson Paranhos e as tratativas de tantos para a construção de nossa nova sede, nas figuras do Amílcar, Luiz Otávio, Igor Campos e Pierre. E reiterar o apreço que tenho pela nossa secretaria executiva, nas figuras da Adriane e do Flávio.*

\*\*\*

Certa vez vi em uma fachada de uma escola pública:  $2+2=5$ . Era um baixo relevo na fachada de concreto. Não era pichação, era intencional. Não era escárnio, era o mote da instituição. A ironia residia no fato de o estabelecimento, que deveria ensinar a regra aritmética, abusar da licença poética para alcançar um significado cultural mais elevado.

O todo maior que a soma das partes é o que nos faz estar aqui hoje, voluntariamente, assumindo a nova gestão do IAB-DF. Acreditar na força de um pequeno grupo de obstinados é próprio da história do IAB por todos os seus 93 anos, e, em boa parte, a história de todos os inícios.

Na mesma toada, o conselheiro Frank Svensson uma vez me contou: “uma casa mais outra casa não são duas casas. São duas casas e um algo mais, são relações de vizinhança e conjunto que se estabelecem”. É dessa matéria que é feita a cidade, que deveria ser a casa de todos. Foi o que perdemos no processo de urbanização brasileiro nos últimos 50 anos, e mais recentemente no programa Minha Casa Minha Vida, que soma casas, mas não faz cidade.

Efeito de um processo socialmente perverso, o Brasil já é o país com o maior percentual de população urbana do mundo, se excluirmos as cidades-estado e os micropaíses.

Os arquitetos há muito perceberam que esse modelo afastava os moradores mais carentes da infraestrutura urbana, do emprego e da centralidade, e criava bairros dependentes de movimentos pendulares precários, com espaço público inexistente. Sinal maior da exclusão que lhes foi imposta, calou-lhes a voz, apartando-os da decisão política.



É irônico notar que, atualmente, e por outras razões, principalmente baseado no medo da violência, o fenômeno se alastrou para as camadas mais abastadas da sociedade, que opta por morar em cidadelas privadas, em guetos reclusos que negam a cidade como a percebeu Milton Santos: o lugar do encontro. A paranoia da insegurança tem levado um número crescente de brasileiros de classe média a afastar-se de um projeto comum de cidade e optar por uma espécie de “show de Truman”, a cidade ilusionista, ou como nos revelou o filósofo Eduardo Subirats, “favelas de classe média”. Entretanto, urbanização não é outra coisa que o oposto da ideia de defesa, é a ideia de troca, de contato.

Hoje, um lote irregular em condomínio privado é, em muitos casos, proporcionalmente mais caro que o bairro mais elitista da cidade, o Lago Sul. Argumento criado deliberadamente pelo mercado imobiliário conseguiu forjar a ideia de que é inseguro morar com a casa direto na via pública, mesmo que a região contribua com índices de violências escandinavos. E eu tive a paciência de verificar no anuário estatístico do DF.

Cresci em uma superquadra violenta nos anos 80 e 90, uma comunidade com renda inferior àquela hoje levantada no local. Nos anos 70, a notícia era de que os apartamentos desocupados eram invadidos e tomados por traficantes que instalavam bocas de fumo e desafiavam a população local. Nos anos 80, houve cadáver no comércio local por conta de briga relacionada ao futebol de domingo. Fui assaltado duas vezes debaixo do meu próprio bloco. Nos anos 90, há 21 anos, meus amigos de infância assassinaram, num típico e fútil revanchismo adolescente, um jovem de outra superquadra. Ainda assim, embora marcados profundamente por essas contingências, nunca deixamos de usar o pilotis. A juventude era outra, o lazer era outro, não havia a internet. Mas a experiência me mostrou como a elitização dos espaços de Brasília, e não a violência, é a maior corruptela de seu potencial de uso.

É nesse acúmulo de camadas que uma cidade se expressa, todas, de certa forma, nascidas da necessidade de se habitar. Brasília inaugura um modo de vida que sintetiza boa parte da história da morada humana e busca resolver na superquadra a contradição entre densidade e habitação coletiva e a perda do contato com a natureza na sociedade industrial. O desenho da cidade evidencia a importância de a vida transcorrer em torno da residência e do trabalho, em torno dos equipamentos públicos, permeados pela natureza, pelo parque.

É a nossa contribuição como arquitetos, mas não é o bastante. Mesmo na parcela de Brasília bem fornida de equipamentos comunitários, foram as horas a menos de escola, e as crises econômicas que depredaram os serviços públicos, que tiraram boa parte dos meus amigos de infância do caminho da civilidade, que lhes tiraram a oportunidade de seguir estudando, a fim de evitar o subemprego, as prisões, o pequeno tráfico, e que tragicamente acabou com a vida de Marco Antônio Velasco. Não se trata de lhes tirar



a responsabilidade subjetiva da autoria e da falta de discernimento, mas de perceber como o ócio, em espaço qualificado, dentro da “unidade de vizinhança”, pode ser ainda mais pernicioso.

Esta chapa é fundada na crença da ampliação do campo do conhecimento, de que não podemos nos bastar na endogamia, que conhecidamente leva à degeneração. Abrimo-nos francamente ao diálogo com outras áreas do conhecimento, mais especificamente, a geografia, a sociologia, a antropologia, as artes e a engenharia.

Dentro do nosso campo, entretanto, podemos contribuir na luta por um processo de planejamento independente, multidisciplinar e participativo. Que não alheie a inteligência do debate nem menospreze a participação popular. Que não se burocratize nem se perca nas letras mortas das leis, mas, ao contrário, transforme as normas na expressão concreta do direito coletivo à cidade. Talvez assim possamos recuperar o sentido original do que seja urbanismo e, mais amplamente, o sentido de política.

Lutaremos, portanto, pela criação de um Instituto de Planejamento que não fique à mercê do calendário eleitoral, não se perca na insensibilidade da tecnocracia nem manipule de forma casuística a participação popular. Sem abdicar da defesa de seus princípios no debate político, o IAB não capitulará frente aos interesses e tempos eleitorais!

A cidade inventada por Lucio Costa, patrimônio dos brasileiros, não é tombada por outro motivo que não o de ser bela. E temos dificuldade em reconhecer ou dar o devido valor à beleza. Como bem diz o conselheiro José Roberto Bassul: “Há cidades que são obras da natureza, como o Rio; outras são obras do Homem, como São Paulo. Mas raras são obras de arte como Brasília”

No maniqueísmo dos discursos em ataque ou em defesa de Brasília, a estética é aviltada, como se fosse algo menor ou como se estivesse em oposição ao que é bom ou funcional. É na ausência de reconhecimento da estética como campo do conhecimento que a cultura de nossa profissão afunda. Diz-se que a coisa é bonita, mas não funciona, como se tudo que fosse feio, funcionasse perfeitamente. Infelizmente, a maioria das coisas feias tampouco funciona.

Brasília, belamente nascida, é tão maestra quanto seu criador, é tão contraditória quanto o processo político que a fundou. Enseja uma proposta de futuro, de nação e acena com um ideal civilizatório que ainda se revela incompleto. É tombada e assim deve permanecer: testemunho de um futuro possível.

No campo do patrimônio, estamos construindo história e tecnologia desde 1937, quando foi fundado o SPHAN, e mais amiúde, no que nos concerne, desde 1987 estamos criando e somos vanguarda no tema do patrimônio moderno. O IAB não intenciona, contudo, usar o tombamento como escudo, exacerbando-o como instrumento. Isso deveria nos alertar que o bom senso foi embora, e que deveríamos tomá-lo mais



como motivo de orgulho, mais como reconhecimento de valor do que como fardo ou trincheira.

Só chegaremos a esse termo se aliviarmos as pressões da cidade monoindustrial em cima da área tombada, por meio de um planejamento consciente e conseqüente que desenvolva a terceira metrópole nacional com base na reinterpretação criativa das qualidades inauguradas por Brasília, calcadas na mobilidade e no direto à cidade.

Fiz visita a novos empreendimentos urbanos na Holanda, um dos países mais capitalistas da Europa. Lá a posse da terra não é privada, é concessão, e a comuna implanta novos bairros ou empreendimentos residenciais baseados no transporte público coletivo. Em um novo bairro, quem chega primeiro é o trem, caso contrário, não chegarão as pessoas.

Não podemos vedar os olhos à esquizofrenia em que vivemos. Num instante a manchete do jornal é o aquecimento global e na matéria seguinte a comemoração dos records da indústria automobilística. Precisamos de políticas habitacionais que considerem o déficit a partir da utilização das residências obsoletas e da transformação de usos em áreas centrais da cidade. Temos que penalizar a residência fechada e sem uso.

Por isso, advogamos também a criação de uma política habitacional específica para a área tombada de Brasília, que acompanhe e reforce a tendência de descentralização de empregos, atingindo-se a população projetada para a área tombada. São extremamente necessários os instrumentos que combatam os lotes vazios destinados a residências, aliados a uma política de habitação econômica, para evitar o alto custo humano dos deslocamentos pendulares. O Estado deve usar o seu estoque imobiliário em prol da habitação coletiva econômica, e não como maior agente especulador da cidade, que avilta o planejamento em ações açodadas e exacerba o valor da terra. Em suma, devemos combater o mecanismo clássico da especulação imobiliária, que é o de manter vazios urbanos já parcelados, cercados de infraestrutura, que se tornam mais lucrativos conforme o produto fica mais escasso no tempo.

\*\*\*

Três eixos estruturam a agenda política dessa gestão. O cultural é o principal deles. Ao seu redor giram o eixo profissional e político. Tudo deve culminar para uma valorização e reconhecimento da cultura arquitetônica

Assim, tarefa mais importante é formatar nossa agenda cultural, que já está estruturada em torno de três eventos continuados: a Mostra Instantânea de Arquitetura, o Cinemarqui e o ciclo de palestras Leituras e Visões de Brasília. A cada ano teremos um evento de grande porte, debatendo um tema de relevância conceitual e cultural. O



primeiro, programado para este ano, será Arquitetura e Mulher. Atualmente, 61% são arquitetas e 39% arquitetos. Mais importante, na faixa etária de 20 a 25 anos a prevalência das mulheres é de quase 80%. O futuro da profissão pertence, portanto, às mulheres, e desejamos que o debate se enriqueça com sua presença.

Esperamos que, ao fim da gestão, consigamos realizar a saudosa Bienal de Arquitetura de Brasília, voltada para o intercâmbio com as artes e com o patrimônio cultural e paisagístico da Capital, bem como colocaremos a candidatura da cidade para sediar o próximo Congresso Brasileiro de Arquitetos, em 2017, comemorando os 60 anos do Concurso para o Plano Piloto de Brasília e o início de sua construção, os 30 anos da Inscrição na lista do Patrimônio Mundial pela UNESCO e, não menos importante, os 110 anos de nosso querido Oscar Niemeyer.

Há um programa de visitas técnicas profissionais anuais. Internacionais, nacionais e locais, serão excursões temáticas e de conteúdo organizado. Este ano começaremos com excursão para a Bienal de Veneza, curada por Rem Koolhaas, e arredores, durante o outono europeu.

Também no campo da valorização profissional retomaremos a avaliação e debate sobre a produção contemporânea resgatando o Prêmio Nova Arquitetura de Brasília e o Prêmio Edgar Graeff, voltado para estudantes. E, urgentemente, lutaremos para reverter o entendimento esdrúxulo, por parte de juristas, de que, em concursos públicos de projeto arquitetônico, o autor somente faz jus ao prêmio referente ao Estudo Preliminar, devendo as etapas posteriores de projeto ser licitadas pelo menor valor. Pelo interesse público da livre concorrência, dizem eles, mesmo que em detrimento da autoria, da qualidade, da integridade e da responsabilidade técnica e civil. Esta decisão do pleno do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios advém de um acórdão feito pelo TCU e tem o potencial de acabar com os concursos públicos de arquitetura, tema histórico e obrigação estatutária do IAB.

O IAB continuará a refletir sobre o futuro e a lutar pelo alargamento do horizonte cultural e pela valorização da produção arquitetônica. Continuará a lutar pelo respeito e pela preservação das características que tornaram Brasília patrimônio da Humanidade.

Continuará a lutar, enfim, para que essas qualidades, que expressam a ideia de uma vida urbana condigna, sejam fruídas por todos, sem distinção, lutaremos pelo Projeto como necessária visão de futuro, propositivo por vocação e por necessidade.

E esse futuro se constitui a partir da prospecção da memória, na reconfiguração de seus fragmentos, pois ao fim e ao cabo, tudo o que há é memória.

Muito obrigado!